

Comunicação Sindical: Desafios, Meios e Direitos

1º Encontro Comunicação Sindical do Sinasefe

- **Como fazer diálogo com a categoria e disputa de hegemonia (especialmente diante de equipes reduzidas);**
- **Experiência do ANDES-SN;**
- **Direitos dos profissionais jornalistas.**

- Compreender o público-alvo e a melhor forma de dialogar com ele. Nem sempre o que funciona para mim, funciona para todos/as;
- Entender que nem sempre excesso de informação significa comunicação;
- Conteúdo com credibilidade e linguagem acessível; Para além do umbigo e do sindicalês;
- Planejamento é o principal aliado;
Plano (Política) de comunicação /
Planejamento estratégico

Plano de Comunicação

- Vai servir de base para o planejamento estratégico, bem como de referência para todos os materiais produzidos pela entidade
- Exemplo do ANDES-SN – PGC aprovado em 2010, no 30º Congresso, em Uberlândia:
 - Estratégias Gerais;
 - Relações internas de Comunicação;
 - Relação de comunicação com setores classistas;
 - Espaços nos meios de comunicação;
 - Público-alvo;
 - Perfil e estratégia;
 - Instrumentos;
 - Perfil editorial;
 - Identidade Visual;
 - Equipe de comunicação.





Planejamento Estratégico

- **IMPORTANTE:** reconhecer os potenciais e as limitações;
- Desafio de Sindicato Nacional – integrar pautas, trocar materiais, cobertura colaborativa;
- Se possível, eleger **UM** diretor responsável para diálogo entre diretoria e equipe;
- Desenvolver planejamento de produção considerando o tamanho da equipe, com base na política de comunicação
- **Fazer reuniões de pauta** periódicas; Ter noção da **dimensão das tarefas** exigidas. **Foco** nos canais que melhor dialogam com a categoria;

Planejamento Estratégico

- Pensar os objetivos para cada material, com isso definir formato e distribuição. Lembrar de outras formas de comunicação: Jornal Mural, carro de som;
- Redes sociais: Envolver as direções sindicais para essa prática, bem como a categoria. Ter ciência das limitações (dica ver primeiro). Funciona melhor com trabalho de base.
- Balanco dos materiais produzidos. Medidores de audiência;
- Diretores sindicais não são jornalistas. Comunicação bem feita é realizada por profissionais qualificados, respeito à jornada e remuneração, além de condições para desenvolver o trabalho.

Em defesa de uma educação que forme sujeitos capazes de compreender e transformar

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CSP - CONLUTAS

por uma escola sem

escola @partido

Contra os projetos de lei PLS 193/2016, PL 7181/14, PL 1859/15, PL 5487/16, P

Curtiu ▾ Enviar mensagem ▾ Mais ▾

Descurtir esta Página

NO SEU FEED DE NOTÍCIAS

- Ver primeiro
- Padrão

NOTIFICAÇÕES

- Todas ativadas
- Todas desativadas

Foto/vídeo 📧 Oferta, Evento +

va algo...

ação programada

nado para hoje às 19:00. Ver publicação.

Curtir, ver primeiro e compartilhar

Como funciona no ANDES-SN

- Coordenação do GTCA – diretores que ajudam a pensar a comunicação do Sindicato
- Encarregado de Imprensa – Diálogo com a equipe e canal com o resto da diretoria
- Equipe: 4 profissionais (Editora, dois repórteres e uma jornalista com perfil de designer).
- Site (boletim semanal/zap), redes sociais, jornal mensal, cartazes, cartilhas, vídeos, áudios. Revista U&S.

Docentes intensificam luta contra PEC que reduz orçamento para direitos sociais

PEC 241, aprovada na Câmara, passa a se chamar PEC 55 no Senado

O ANDES-SN, em conjunto com outras entidades sindicais, em especial as que compõem o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), e com movimentos sociais, está intensificando a mobilização no Senado Federal contra a aprovação da PEC 55, chamada de PEC 241 antes de sua aprovação na Câmara.

A PEC 55 é o carro-chefe do ajuste fiscal do governo federal, e diminuirá, por vinte anos, os investimentos em despesas primárias – ou seja, tudo que não é o pagamento de juros e amortizações da dívida pública – como educação, saúde, ciência, tecnologia, segurança, etc. Na Câmara dos Deputados, ela foi aprovada em dois turnos. No entanto, entre o primeiro e o segundo turno, o governo perdeu sete votos, o que demonstra que a

tão propagada união da base governista em torno do ajuste fiscal é mais frágil do que aparenta.

Durante todo o processo de debate e aprovação da PEC na Câmara, o ANDES-SN, por meio de sua diretoria e de sua Comissão Nacional de Mobilização (CNM), realizou atividades em Brasília (DF) para incitar os deputados a votarem contra o projeto, explicitando todos os malefícios trazidos pela PEC. O Sindicato Nacional também participou, em conjunto com o Fonasefe e movimentos sociais, de atos no Distrito Federal e nos estados.

Ao mesmo tempo, cresceu a resistência do movimento estudantil contra a PEC, cuja rejeição virou uma das principais bandeiras das ocupações de escolas, institutos e universidades que se alastram nos últimos meses pelo Brasil (ver páginas 8 a 11 para mais informações). Os estudantes também lutam contra a Reforma do Ensino Médio, instaurada por meio da Medida Provisória (MP) 746.

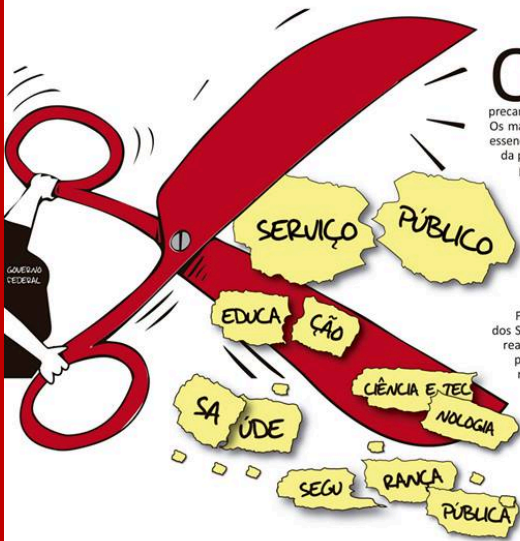
Indicativo de greve

Em reunião conjunta dos Setores das Instituições Federais de Ensino (Ifes) e das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes), realizada em Brasília (DF) nos dias 5 e 6 de novembro, os docentes debateram a necessidade de fortalecer a ofensiva no Senado para que os senadores rejeitem a PEC quando esta entrar em votação. Uma das ações apontadas para essa intensificação é o indicativo de greve do ANDES-SN, em articulação com outras entidades sindicais da educação, com a pauta “contra a PEC 55/16 e a MP 746 (Reforma do Ensino Médio)”.

A reunião dos setores indicou que as seções sindicais debatam nas assembleias se a greve será por tempo determinado (durante tramitação da PEC 55 e MP 746) ou indeterminado. Os setores avaliarão nos dias 19 e 20 de novembro o resultado das assembleias e poderão indicar a deflagração da greve na semana de 21 a 24 de novembro. Também foi deliberada a criação de comitês locais em defesa das ocupações das escolas, institutos federais, Cefets e universidades públicas, em articulação com os movimentos sociais e outros segmentos.

Em relação à votação da PEC 55 no Senado, os docentes decidiram ampliar a pressão sobre os senadores e senadoras nos estados, para que estes votem contra a PEC, por meio do envio de e-mails, publicações nas redes sociais

Corte no orçamento federal precariza serviços públicos



O corte nos gastos pelo governo federal de precarização dos serviços públicos. Os maiores colapsos são em áreas essenciais e atacam a população, especialmente em setores de privatistas e videntes. A luta por melhores condições de trabalho já é outra consequência. No Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, realizada em Brasília (DF), para pressionar o governo a responder às reivindicações unificadas dos SPs. 8 a 11



Tem início a construção das etapas preparatórias, que irão anteceder a realização do II Encontro Nacional de Educação (ENE), previsto para ocorrer em 2016 3

Docentes Federais rechaçam resposta do MEC à pauta de reivindicações. Greve se amplia, com intensificação das mobilizações 6 e 7

Às vésperas de conseguir a Licença de Operação, usina de Belo Monte é símbolo de inadimplência ambiental e desrespeito às populações tradicionais 14 e 15





Mural do antigo Canecão – Rio de Janeiro. Foto na
AFP

Direitos dos Jornalistas

- Muitas entidades não seguem, porque desconhecem;
- Muitos jornalistas não cobram, porque também desconhecem;

Os artigos 302 a 316 da CLT, e o decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969, regulamentado pelo **Decreto nº 83.284**, de 13 de março de 1979, disciplinam as atividades de jornalista.

Esfera Federal:

Portaria nº 222, de 7.2.2008, portaria do MPOG que explica a carga horária dos Jornalistas e outras categorias

Nota Técnica nº 762/2010 Coges / Denop / SRH / MP

Nota Técnica nº 517/2010 Coges / Denop / SRH / MP

Portaria nº 97, de 17.2.2012, que novamente ratifica o entendimento da jornada de trabalho no âmbito do governo federal (com amparo no Decreto-Lei nº 972/1969)

CLT Seção XI

DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS

Art. 302 - Os dispositivos da presente Seção se aplicam aos que nas empresas jornalísticas prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nela previstas.

§ 1º - Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e a organização, orientação e direção desse trabalho.

Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite.

Art. 304 - Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

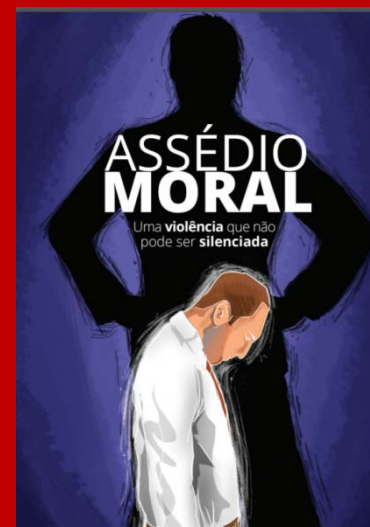
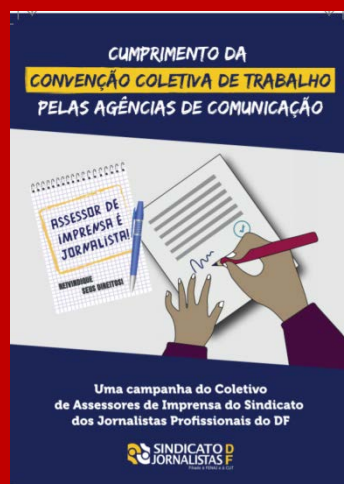
Art. 305 - As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivam das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resulta do quociente da divisão da importância do salário mensal por 150 (cento e cinqüenta) para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco) para os diaristas, acrescido de, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 307 - A cada 6 (seis) dias de trabalho efetivo corresponderá 1 (um) dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 308 - Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de 10 (dez) horas, destinado ao repouso.

Piso Salarial

- Lei do Piso: PL 2960/11 – tramita apensado ao PL 3981/08 - CTASP
- 6 salários mínimos (R\$ 5.622,00)
- Na ausência de piso específico, se siga a CCT de maior abrangência
- No DF: R\$ 2.530,60 (5 hs) / R\$ 3.391,00 (5h+1h) / R\$ 4.251,00 (5h + 2h)
- Experiência do Paraná



Início - SJPDF x

www.sjpdf.org.br

SINDICATO D JORNALISTAS F

Início Institucional Comissões Ações Comunicação Sindicalização Contato Acessar

SEUS DIREITOS

LEGISLAÇÃO

> ACORDOS COLETIVOS

PISOS SALARIAIS

> REGISTRO PROFISSIONAL

> CARTEIRAS

> FREE LANCER

> CURRÍCULOS E VAGAS

CÓDIGO DE ÉTICA

BLOGS DE JORNALISTAS

CLUBE DA IMPRENSA

Procuradoria pede ação de inconstitucionalidade no STF contra a lei que modificou a EBC

O pedido foi encaminhado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do MPF, à procuradora-geral da República. A Lei 13.417/2017 alterou a estrutura e funcionamento da EBC, ferindo o modelo de

Notícias em Destaque

Em Destaque
SJPDF repudia truculência da PMDF contra jornalista

Em Destaque
Horas extras: TST equipara assessor de imprensa a jornalista

Confira a nota da diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais sobre a truculência sofrida pelo jornalista Cheila

CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PELAS AGÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO

ASSessor DE IMPRENSA É JORNALISTA

Saiba mais

CAMPANHA SALARIAL EBC 2017

UNIDOS CONTRA O RETROCESSO E EM DEFESA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Nenhum direito a menos!

renata.maffezoli@gmail.com / 61 981999874